

6. PROPOSTA RELATIVA A ATRIBUIÇÃO DE UM SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE AOS TRABALHADORES INTEGRADOS NA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL OU QUE EXERÇAM FUNÇÕES POR REFERÊNCIA AO CONTEÚDO FUNCIONAL DAQUELA CARREIRA (ARTº 24º DA LEI Nº 75-B/2020, DE 31 DE DEZEMBRO QUE APROVOU O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O ANO DE 2021):

Da **Srª Vereadora Olga Pereira**, com a área da responsabilidade dos Recursos Humanos, submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta relativa a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional ou que exerçam funções por referencia ao conteúdo funcional daquela carreira (artº 24º da LOE 2021).

Tem informação circunstanciada da DMG-DRH- Unidade de Segurança Saúde no Trabalho.

Proposta de deliberação a tomar pelo órgão executivo da autarquia

Proposta de Deliberação

Considerando o disposto no artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2021, no que diz respeito à atribuição de um novo suplemento de penosidade e insalubridade já no ano em curso;

Considerando que nesta Autarquia local há trabalhadores da carreira de assistente operacional que exercem funções nas *áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas*;

Considerando que do exercício de tais funções resulta uma comprovada sobrecarga funcional que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde;

Considerando em consequência que as funções desempenhadas por esses trabalhadores afetos às áreas acima mencionadas apresentam todas elas um alto nível de penosidade ou insalubridade que a própria lei não delimita;

Considerando que este alto grau de penosidade e insalubridade se pode verificar pela simples avaliação e observação, segundo as regras da experiência da vida, das concretas funções exercidas em cada posto de trabalho afeto às áreas acima mencionadas;

Considerando que esta análise relativa aos níveis de penosidade e insalubridade foi efetuada pelos serviços de higiene e segurança no trabalho;

Considerando ainda que da aplicação da norma legal orçamental acima mencionada nunca poderia resultar a distorção dos níveis de penosidade e insalubridade a ponto de o nível alto ser abonado por valores inferiores aos níveis baixo e médio;

Considerando ainda que esta deliberação tem por finalidade acautelar um tratamento digno do trabalhador e concomitantemente aplicar a solução mais favorável com apoio legal e amparo no espírito do legislador;

Considerando assim que a aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 24º da Lei do Orçamento do Estado para 2021 implica o pagamento de um suplemento nunca inferior ao valor diário a abonar de € 4,09 euros aos trabalhadores aos quais por agravante seja reconhecido um nível alto de penosidade e insalubridade;

Considerando finalmente que com a atribuição do valor diário mais elevado que em cada caso for o mais favorável se evita a compensação do nível mais alto por valores mais baixos do que os previstos para os níveis baixo e médio de penosidade e insalubridade

Propõe-se que:

Aos trabalhadores afetos às funções nas *áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas*, seja atribuído o suplemento de penosidade e insalubridade de valor igual a 15% da sua remuneração base

diária correspondente ao nível alto de risco, aplicável quando este valor seja mais favorável do que aquele que resultar da atribuição do valor diário de 4,09 euros, importância prevista no n.º 1 do artigo 24.º da Lei do Orçamento do Estado para 2021 abaixo da qual não pode aplicar-se ao nível alto de penosidade e insalubridade, tudo com efeitos reportados a 1 de janeiro do corrente ano, como se impõe, para cabal observância da referida norma orçamental.



www.stal.pt

**Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins**



Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

Ex.mo Senhor
Presidente de

.....

Of.nº 347

Data: 5.03.2021

Assunto: - Aplicação do suplemento de penosidade e insalubridade fixado no artigo 24.º da Lei do Orçamento de Estado para 2021.

Ex.mo Senhor Presidente

Em aditamento aos n/anteriores ofícios, sobre o assunto referenciado, vimos expor o seguinte:

O artigo 24.º da lei 75-B/2020, de 31/12, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021 (LOE/2021), procedeu à criação de um suplemento de penosidade e insalubridade, embora regulado de uma forma extremamente restritiva, por não corresponder minimamente às insistentes reivindicações do STAL, que, desde há mais de vinte anos para cá, tem reclamado a regulamentação desta matéria, no sentido do estabelecimento de compensações devidas por trabalho prestado em condições de penosidade, insalubridade e risco, abrangendo todos os trabalhadores sujeitos a esse condicionalismo laboral, independentemente da carreira em que estão integrados.

Deste modo, o regime consignado no citado artigo 24.º, sendo de natureza tão redutora, fica muito longe de corresponder às nossas reivindicações e às justas aspirações dos trabalhadores. Contudo, não aplicar já no imediato esse suplemento, defraudaria as expectativas e o justo direito que a Lei veio criar.

Objectivamente, porém, é esse regime legal que vigora e de que, de momento, nos podemos valer, cuja aplicação obrigatória se exige, com a maior urgência, salientando o seguinte:

- Consideramos absolutamente indubitável que o suplemento em causa tem de ser atribuído a todos os trabalhadores, da carreira de assistente operacional, integrantes de postos de trabalho respeitantes a atividades de que *"resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde"*, como a norma em apreço expressamente impõe.

- Tendo em conta que o que está em causa é o exercício de uma atividade funcional, nas referidas condições, o suplemento é devido não só aos trabalhadores vinculados por contrato por tempo indeterminado mas também a todos os que na autarquia laborem ao abrigo de contratos a termo resolutivo;

- Sendo também devido aos trabalhadores que desempenhem essas funções, em regime de mobilidade funcional, nos termos previstos nos artigos 92.º e sgs da LTFP.

- Como é igualmente devido aos trabalhadores, sujeitos ao mesmo condicionalismo laboral, vinculados às autarquias, mas que estão funcionalmente afectos a empresas do sector empresarial público, sob o regime de cedência de interesse público, competindo também às autarquias cedentes diligenciar o pagamento do suplemento, pelas referidas empresas.

- A imperiosa aplicação do referido preceito é exigível com efeitos reportados a 1 de Janeiro do corrente ano, desde a entrada em vigor, pelo que as competentes deliberações autárquicas devem garantir expressamente o pagamento do suplemento desde a referida data;

- Consideramos que todas as actividades previstas na referida norma orçamental estão sujeitas ao mais alto nível de penosidade e/ou insalubridade, pelo que o valor do suplemento terá de ser de € 4,99 diários, ou, sendo mais favorável, de 15% da remuneração-base diária, como de resto a própria DGAEP entende, nas orientações emitidas na Circular 1/2021, de 1 de Fevereiro passado, valor que é devido em todos os dias de efectiva prestação de trabalho.

- Estando expressamente garantido o direito de audição prévia, reclamamos o pleno reconhecimento desse direito, a fim de nos pronunciarmos sobre as concretas propostas de deliberação que as autarquias pretendam aprovar;

- Para esse efeito, o que tem de nos ser solicitado é a apreciação de uma verdadeira proposta integral, devidamente fundamentada, inclusive com o parecer dos SST, contendo, necessariamente, os postos de trabalho em causa, o reconhecimento do reclamado nível alto de penosidade e/ou insalubridade e o correspondente valor atrás referido, bem como, impreterivelmente, a sua eficácia retroactiva a 1 de Janeiro transacto.

Queremos salientar que a norma em apreço é de natureza imperativa, a aplicar directamente nos termos atrás descritos, pelo que não carece de qualquer outra regulamentação ou emissão de orientações provindas de outras entidades.

A propósito, sublinhamos, por exemplo, que não é admissível que as Autarquias, integrantes de determinada Comunidade Intermunicipal, protelem o cabal cumprimento deste preceito orçamental, por alegada necessidade de prévia orientação dessa CIM. Nada disso está na Lei.

De facto, rejeitamos eventuais posições das CIM, no sentido da adopção generalizada de procedimentos que, naturalmente, podem divergir, consoante a autarquia que estiver em causa, tendo em conta a diversidade existente e as respectivas especificidades e o condicionalismo socio-laboral que lhes está subjacente.

Quanto à previsão orçamental, a que a norma alude, relevamos que as regras de execução orçamental das autarquias não contêm nenhum entrave técnico inultrapassável à aplicação e pagamento do suplemento, desde 1 de janeiro do corrente ano, impondo-se por isso o cabal cumprimento da lei, o mais urgentemente possível e nos termos que deixamos enunciados.

Exmo Senhor Presidente,

É imperioso promover o urgente e cabal cumprimento da lei, nos termos reclamados, continuando este Sindicato a lutar por uma regulamentação condigna com os justos anseios dos trabalhadores, e em consonância com os princípios de dignificação das condições de trabalho, consagrados no artigo 59.º da Constituição da República.

Neste contexto, esperamos que V. Ex.a promova todos os procedimentos que para o efeito são exigíveis e que atrás referimos, convictos de que assim alcançaremos as adequadas e justas soluções consensuais por que pugnamos.

Nessa expectativa, oferecemos a nossa total disponibilidade para os esclarecimentos que se julgarem úteis e a colaboração efectiva no desenho da proposta a submeter a deliberação, subscrevemo-nos, com respeitosos cumprimentos.

A Direcção Nacional do STAL,



Nº Informação: 32531

Data: 19/05/2021

Assunto: Compilação resumo de pareceres no âmbito da atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade

O artigo 24.º da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2021, prevê a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira.

O referido suplemento de penosidade e insalubridade é aplicável aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira, independentemente da modalidade de vínculo, cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade no que respeita às áreas de:

1. recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes
2. higiene urbana
3. saneamento
4. procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas

de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde.

Neste sentido foram auscultados:

1. DRH-SST
2. SEPRI – Empresa prestadora externa de Serviços de Medicina no Trabalho
3. Representantes dos trabalhadores do Município no âmbito SST
4. Sindicatos
 - a. STAL. – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional
 - b. S.I.N.T.A.P.- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos
 - c. Sindicato dos Trabalhadores da Função do Norte
 - d. Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte

1. DRH – SST - informação interna n.º 16111 de 9.03.2021

recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes – não temos colaboradores com estas funções no Município.

higiene urbana- não temos colaboradores que façam a recolha de resíduos no Município.

No entanto, proponho englobamento neste ponto dos AO Cantoneiros com a seguinte caracterização do posto de trabalho:

- Proceder a vigilância, conservação e limpeza de vias municipais; Executar pequenas reparações e desimpedir os acessos; Limpar valetas, compor bermas, desobstruir aquedutos e sistemas de drenagem de águas pluviais; Compor pavimentos, efetuando reparações de calcetamento ou com massas betuminosas; Executar corte em árvores existentes nas bermas das estradas.

Estes colaboradores lidam com resíduos urbanos, que poderão ser apenas terra, lama, erva e arbustos como também restos de comida, plásticos, seringas, fezes de animais, animais mortos, etc. Estando assim expostos a riscos físicos (lesões músculo-esqueléticas, calor, frio e chuva, cortes, picadas animais ou seringas), químicos (herbicidas e derrames) e biológicos (bactérias, fungos, animais mortos, dejetos de animais) no exercício das suas funções.

Acrescento que, por indicação da Eng.^a Marta Garcia, chefe da divisão da Divisão de Vias e Infraestruturas, no exercício destas funções de cantoneiros temos, na presente data, 11 AO (cantoneiros e asfaltadores) + 1 encarregado – estão a executar estas funções conjuntamente por necessidade e devido às variações das condições meteorológicas. Pelo que a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade em análise deva ser atribuído em função dos dias que efetivamente façam estas tarefas.

A frequência/probabilidade de exposição aos referidos acima riscos físicos, químicos e biológicos apresenta-se nestes casos como esporádica/não constante, visto não ser realizada todos os dias e a gravidade associada aos riscos é baixa pois as lesões possíveis na saúde dos colaboradores serão ligeiras e/ou moderadas.

Face ao descrito, entendo que estas tarefas contemplam enquadramento no nível baixo de insalubridade ou penosidade para os colaboradores que as desempenham.

do saneamento – não temos colaboradores com estas funções no Município.
dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas – Neste ponto estão incluídos os AO coveiros.

Descrição do posto trabalho de coveiro:

Abrir sepulturas e efetuar o transporte, depósito e levantamento de restos mortais num cemitério; Escavar no solo uma vala com as dimensões adequadas à urna, utilizando picaretas, pás ou máquina apropriada; Conduzir o carro de transporte do corpo até à sepultura; Introduzir cal no caixão, fechá-lo e fazer descer através de cordas, cobrindo-o com terra ou colocando-o num jazigo; Abrir a sepultura aquando da exumação e assegurar-se de que o cadáver está decomposto; Retirar os restos mortais, lavá-los e colocá-los numa urna e depositar em local indicado; Proceder à limpeza e conservação do cemitério.

Sendo que neste ponto não devem ser considerados os AO, que embora afetos ao cemitério, não executam estas tarefas.

A frequência/probabilidade de exposição a riscos físicos (leões músculo-esqueléticas, exposição ao calor, frio, vento, cortes e traumatismos) e biológicos (manuseamento de cadáveres) apresenta-se nestes casos como regular, visto ser realizada praticamente todos os dias e a gravidade associada aos riscos apresenta-se alta pois as lesões possíveis na saúde dos colaboradores serão de moderadas a críticas.

Face ao descrito, entendo que estas tarefas contemplam enquadramento no nível alto de insalubridade ou penosidade para os colaboradores que as desempenham.

Não obstante, proponho auscultação do diretor clínico da SEPRI, pois na minha opinião acrescentaria teor e informação médica/clinica à nossa visão de SST, visto que o mesmo tem conhecimento das funções e organização do Município dado que nos últimos anos tem acompanhado a avaliação médica no âmbito de medicina no trabalho dos nossos colaboradores.

Nomeadamente auscultação no que respeita aos eventuais riscos dos AO:

que exercem funções no mercado, que embora não exerçam função que se enquadram nos pontos acima descritos, de higiene urbana concretamente, asseguram que a saúde pública nas instalações



do mercado seja devidamente assegurada, visto que fazem higienização do espaço que alberga os animais vivos, da peixaria e da camara de resíduos de peixe e carne.

2. SEPRI- parecer em anexo e abaixo resumo:

... "AO Cantoneiros e Asfaltadores - Nível de insalubridade ou penosidade - BAIXO

AO coveiros - Nível de insalubridade ou penosidade - ALTO

AO envolvidos na limpeza do mercado - Nível de insalubridade ou penosidade - MÉDIO"

3. Representantes dos trabalhadores do Município no âmbito SST

"Após reunião da CRTSST, de 22 março, e na sequência do art.º 24.º da lei 75.ºB/2020, de 31 de dezembro e em resposta ao solicitado, a CRTSST – Comissão dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho pensa que para além dos trabalhadores mencionados no vosso parecer (DRH-SST) devem igualmente serem identificados/analizados outros postos de trabalhos tais como:

- 1. Canalizadores;*
- 2. Calceteiros;*
- 3. Pintores de Estrada;*
- 4. Jardineiros;*
- 5. Bombeiros;*
- 6. Tratorista (limpa fossas);*
- 7. Tratadores de águas (piscinas);*
- 8. Motoristas que acompanham determinadas equipas sinalizadas;*
- 9. AO que se encontram neste momento a limpar as instalações dos Sem Abrigo;*
- 10. Acompanhantes da Veterinária.*

De qualquer maneira, todos devem ser vistos e analisados individualmente e no nosso ponto de vista, devem ser ouvidos os outros chefes para além da Eng. Marta, pois todos os trabalhadores que trabalham no exterior, estão sujeitos quer a insalubridade, quer a penosidade, dependendo dos casos. O mesmo acontece com determinados trabalhadores que laboram no interior."

4. Sindicatos

a. STAL – parecer em anexo e abaixo resumo:

Considera atribuição para nível alto a AO com funções:

- Cemitérios
- Limpeza Mercado Municipal
- Jardinagem
- Auxiliares de Limpeza
- Canalizador
- Recolha e Tratamento de Animais
- Limpeza e Manutenção de Tanques e Piscinas
- Tratoristas com funções de limpeza e desentupimento de fossas sépticas

(...) "Em conclusão:

Considerando o exposto, entendemos que o SPI deve ser atribuído no nível alto de penosidade e insalubridade, a todos os trabalhadores da CMB, que exerçam funções relacionadas com cemitérios, higiene urbana, saneamento, águas residuais e águas limpas para consumo, não excluindo, à partida, outras funções que estando ligadas à higiene urbana e atendendo às condições de penosidade e insalubridade em que se realizam, possam vir a ser identificadas para atribuição do SPI.

Exortamos a Câmara Municipal de Braga a considerar as questões colocadas no parecer do STAL. Apelamos ainda a que a CM de Braga considere as mesmas questões para o efeito de aplicação do suplemento na AGERE e, contribua para que o mesmo aconteça na BRAVAL, contribuindo dessa forma para uma maior valorização dos trabalhadores do Município." (...).

b. S.I.N.T.A.P.- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos- segue parecer transcrito abaixo:

" Em resposta à anterior comunicação de V. Exas, enviada por email no passado dia 14.4.21 e com o assunto em epígrafe, o SINTAP, desde já, se congratula com a atribuição do suplemento em apreço aos trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional que exercem funções quer de Coveiros, quer de Cantoneiros, de acordo com o disposto no artigo 24.º da lei do OE para 2021 e o conteúdo da Circular (n.º 01/DGAEP/2021) emitida pela DGAEP, bem como da Nota Informativa emitida pela DGAL sobre esta matéria.

Contudo, e desde já, quantos aos segundos (Cantoneiros): considera este Sindicato que, dada a comprovada e elevada sobrecarga funcional que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde de tais trabalhadores, entendemos, salvo melhor opinião, que deverá, logo à partida, estar excluída a atribuição de um "nível baixo de insalubridade ou penosidade" conforme consta da proposta contida no segundo ponto do Parecer da DRH-SST que nos enviaram.

Assim, de forma a respeitar integralmente o fim último do referido artigo da LOE 21, bem como as orientações fixadas nas supramencionadas Circular e Nota Informativa, se por um lado, consideramos ser claro e inequívoco que, quanto aos Assistentes Operacionais que exercem as funções de Coveiros, deverá, efectivamente, o valor do suplemento em apreço - como bem sugere o referido Parecer - corresponder ao valor diário de € 4,99, por outro lado, consideramos, à luz da lei e do que é o conteúdo funcional de tais trabalhadores - designadamente, o contacto com resíduos dos mais variados a que diariamente estão sujeitos - ser difícil de aceitar e compreender que aos assistentes operacionais que exercem as funções de Cantoneiros apenas lhes seja atribuído um "nível baixo de insalubridade ou penosidade", e não - conforme consideramos que seria, de todo, justo e adequado - no mínimo, um nível médio.

Sem prescindir:

Não podemos deixar de referir que, ao abrigo do n.º 3 do mesmo art. 24.º da LOE 2021, julgamos ser pertinente, adequado e de toda justiça, que, para além dos trabalhadores/funções supramencionadas, outros fossem igualmente abrangidos pelo suplemento em apreço sempre e quando, naturalmente, se verifique a tal exigida "comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde" de tais trabalhadores.



A título de exemplo(s) (e sem excluir, frise-se, outras situações das quais, entretanto, venhamos a ter conhecimento que possam ser, igualmente, enquadráveis), saltaram-nos, imediatamente, à vista - com base no Mapa de "Caracterização dos Postos de Trabalho por Atividade" que V. Exas gentilmente nos enviaram - para lá do (justíssimo) caso referido na parte final do Parecer em apreço dos Assistentes Operacionais que exercem funções nos Serviços gerais do Mercado, de igual modo, os casos concretos dos que exercem funções de Agropecuária ("Assegurar as tarefas inerentes ao funcionamento da Quinta Pedagógica, nomeadamente: Alimentação e higienização dos animais; Limpeza e manutenção do estábulo e da cerca onde se colocamos animais a serem visitados pelas crianças das escolas; Verificação do controlo sanitário dos animais, (...), bem como dos Calceteiros e, finalmente, dos Jardineiros (funções contempladas, diga-se, noutras autarquias com a atribuição do suplemento em apreço) os quais, apesar de terem, in casu, terem sido "esquecidos" no Parecer supra referido, no n/entender, dizem respeito a funções e tarefas que preenchem, igualmente, todos os requisitos para a atribuição do suplemento em apreço e com correspondência também ao "nível médio de penosidade e insalubridade".

Pelo que se solicita que sejam as sugestões supra mencionadas alvo da melhor atenção e acolhimento por parte de V. Exa., tendo em vista uma atribuição mais justa, equitativa e abrangente do "Suplemento de Penosidade e Insalubridade" em apreço.

- c. Sindicato dos Trabalhadores da Função do Norte
Não recebemos contributos deste Sindicato
- d. Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte
Não recebemos contributos deste Sindicato

Em suma:

Após auscultação, análise e ponderação de todos os pareceres transcritos acima, concluímos que a interpretação para a atribuição deste suplemento foi tida de forma abrangente e englobante de todas as funções de AO insalubres e penosas ainda que não explanadas pelo legislador no artigo 24.º da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2021.

Assim sendo, muito embora no parecer do DRH-SST de março se tenha considerado na rubrica higiene urbana os AO cantoneiros/asfaltadores e levantada a questão para análise dos AO com funções de limpeza no mercado municipal, entende-se que esta interpretação abrangente de higiene urbana não deva ser considerada, uma vez que o legislador caso pretendesse englobar funções de AO mais abrangentes teria mencionado explicitamente.

Importa ressaltar também que muitas outras funções de AO são também elas insalubres e penosas e não estão abrangidas no artigo para atribuição deste suplemento.

Assim sendo, e por interpretação e aplicação direta do artigo entende-se:

recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes – não temos colaboradores com estas funções no Município.

higiene urbana- não temos colaboradores que façam a recolha de resíduos urbanos no Município, ou seja, colaboradores com funções de recolha de resíduos urbanos

do saneamento – AO tratorista que desempenha funções ocasionalmente (em média 2x/semana) de limpeza e desentupimento de fossas sépticas- 1 colaborador

A frequência/probabilidade de exposição a riscos físicos e biológicos apresenta-se neste caso como ocasional, visto ser realizada em média 2 vezes por semana, e com gravidade associada aos riscos alta pois as lesões possíveis na saúde dos colaboradores serão de moderadas a críticas.

Face ao descrito, entendo que estas tarefas contemplam enquadramento no nível alto de insalubridade ou penosidade para os colaboradores que as desempenham.

dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas – AO coveiros - 8 colaboradores

A frequência/probabilidade de exposição a riscos físicos (leões músculo-esqueléticas, exposição ao calor, frio, vento, cortes e traumatismos) e biológicos (manuseamento de cadáveres) apresenta-se nestes casos como regular, visto ser realizada praticamente todos os dias e a gravidade associada aos riscos apresenta-se alta pois as lesões possíveis na saúde dos colaboradores serão de moderadas a críticas.

Face ao descrito, entendo que estas tarefas contemplam enquadramento no nível alto de insalubridade ou penosidade para os colaboradores que as desempenham.

À consideração superior.

O Técnico Superior de SST